

## APRESENTAÇÃO

A *Dom Helder Revista de Direito* é um periódico interdisciplinar cuja linha editorial conecta: Justiça, Estado e Cidadania nas Sociedades Contemporâneas. Tendo em vista a diversidade temática, o leitor encontrará, neste segundo número, artigos atuais, criativos e inovadores sobre problemas brasileiros. Logo, este periódico é uma fonte riquíssima para pesquisadores de todas as áreas do Direito.

Os artigos contemplados nesta edição são de qualidade espetacular, como se pode ver no texto: “Um novo *modus vivendi* baseado em ‘Vidas Secas’”, de Ana Carolina de Mari Rocha, bolsista FAPEMIG de graduação da UFMG. Nesse artigo, a autora analisa os direitos humanos à luz da obra literária *Vidas Secas*. Com esse espectro inovador, a autora visa a demonstrar questões socioambientais e culturais envolvidas no sertão nordestino brasileiro que persistem até os dias atuais.

Sob o título: “Análise jurídico-filosófica do sacrifício de animais não humanos no Candomblé” Pedro Henrique M. da Silva, mestrando na Dom Helder, discute a questão do conflito entre liberdade religiosa e direito animal no que tange ao sacrifício de animais não humanos nos cultos de Candomblé. Demonstra o autor, dessa forma, a complexidade do tema, o qual envolve o direito dos animais e o direito à cultura.

Por sua vez, Rennan Klingelfus Gardoni, mestrando da Universidade do Paraná, desenvolve o artigo intitulado “Direito e vida: mediações em Foucault, Agamben e Esposito”. A pesquisa envolve o conhecimento de todos esses autores no que diz respeito à biopolítica e ao biopoder, entre outros conceitos, para cotejar o entendimento dos filósofos na relação entre Direito e vida.

Da Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais, o especialista em Direito Público Lucas Emanuel G. Liesner de Souza e a mestre em Direito Ambiental Carolina Carneiro Lima desenvolveram a pesquisa “Energia nuclear: desafio atual, universalização e medo social”. O tema, além de interessante, perpassa pela crise energética que vive o mundo atual. Os autores preocupam-se em demonstrar que a eletricidade é a forma mais comum de energia e que garante bem-estar e dignidade humana. Todavia, o alcance dessa energia é limitado, e universalizá-la e produzi-la com menos impactos negativos é o grande desafio atual.

Samara F. da Cruz Aguiar, especialista pela UNA/MG, apresenta o artigo: “Análise Crítica do Artigo 20 da Lei n. 8.429/1992”, que evidencia a viabilidade jurídica de percepção de remuneração proporcional ao tempo de serviço para servidores públicos afastados cautelarmente da função quando a medida se fizer necessária à instrução processual, nos termos do art. 20, parágrafo único, da Lei n. 8.429/1992.

Do estado de São Paulo, Felipe Bizinoto, especialista em Direito Constitucional, traz sua cooperação com o artigo sobre direitos fundamentais intitulado “O titular das posições jusfundamentais”. O autor explica a evolução dos direitos fundamentais e os paradigmas que acompanham tais marcos, e procura demonstrar que as bases jusfundamentais superam a figura da personalidade jurídica e conferem direitos essenciais às entidades despersonalizadas.

De forma absolutamente atual, o Doutor Tarcísio Chaves Mendonça desenvolveu o artigo intitulado “Posse de arma de fogo: possibilidade de *abolitio criminis* a partir da sucessão de norma de complementação de lei penal em branco no tempo”. O autor traz à luz a nova redação dada ao art. 16, § 2º, do Decreto n. 5.123/2003 pelo Decreto n. 9685/2019. A questão desenvolvida consiste em estabelecer os critérios para definir a amplitude da *abolitio criminis* quando da sucessão de norma de complementação de lei penal em branco no tempo.

Mantendo, ainda, a temática penal, o mestre Danilo Henrique Nunes, de Ribeirão Preto, o doutorando Rafael Catani Lima, de Barretos, da PUC-SP, e o advogado Jonatas dos Santos Silva, também de Barretos, desenvolveram o artigo “A influência da mídia no tribunal do júri”. Por ser o tribunal do júri um instituto judicial com participação popular, torna-se inquestionável sua exposição muito maior na mídia, e é exatamente por esse fato que os autores analisam a influência midiática exercida no tribunal do júri e a relação com a presunção de inocência, a qual pode ser afetada pelo uso demasiado das fontes de informação.

Por fim, Miram Carla Lemos, especialista em Direito Tributário pela PUC-MINAS, analisa a Ação Direta de Inconstitucionalidade, ADI n. 5.794, referente à contribuição sindical facultativa, em 2017, pela Suprema Corte. A abrupta mudança do sistema de financiamento dos sindicatos impactou diretamente na manutenção dos sindicatos e na assistência aos trabalhadores filiados a muitas instituições sindicais.

Com temáticas tão diversificadas, esta Revista tem a finalidade de propiciar a pesquisa científica de qualidade para toda a comunidade científica. Também este periódico tem o compromisso com a *excelência*, que é a marca da Dom Helder no decorrer de toda a sua existência, pois há o respeito à pessoa que ela representa no cenário brasileiro.

Assim, fica o convite a toda a comunidade acadêmica para apreciar os artigos desta revista científica que veio para acrescentar e contribuir com a pesquisa brasileira.

**Beatriz Souza Costa**

Editora da Dom Helder Revista de Direito

Professora da Graduação e do Programa de Pós-Graduação em Direito Ambiental

e Desenvolvimento Sustentável da Dom Helder Escola de Direito